

terna, licenciado Carlos Manuel Silvério da Palma, a competência para a prática de todos os atos a realizar, atribuídos pelo Código dos Contratos Públicos, ao órgão competente para a decisão de contratar, incluindo a adjudicação, no âmbito do procedimento de aquisição de armamento HK para a GNR e PSP, conforme despacho, de 9 de abril de 2018, exarado sobre a Informação n.º 9989/2018/SG/DPIE, de 05 de abril de 2018.

26 de abril de 2018. — O Secretário-Geral, *Carlos Palma*.

311308704

Despacho (extrato) n.º 4612/2018

Por despacho de 23 de abril de 2018, da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, no uso de competência delegada, ao abrigo do Despacho n.º 10673/2017, de 16 de novembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 235, de 7 de dezembro de 2017, foi subdelegado, nos termos do artigo 109.º do CCP, no Secretário-Geral da Administração Interna, Licenciado Carlos Manuel Silvério da Palma, as competências para os posteriores atos do procedimento, com exceção da assinatura do contrato, e no Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Manuel Mateus Costa da Silva Couto e no Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, Superintendente-Chefe Luís Manuel Peça Farinha, a competência para a outorga dos contratos e posterior acompanhamento da sua execução, no âmbito do procedimento n.º 39/DSUMC/2018 — aquisição de serviços postais de expedição de correspondência para a GNR e PSP, até 31 de dezembro de 2018.

26 de abril de 2018. — O Secretário-Geral, *Carlos Palma*.

311306185

Despacho (extrato) n.º 4613/2018

No uso da competência delegada no Secretário de Estado da Proteção Civil, ao abrigo do despacho do Ministro da Administração Interna, n.º 10328/2017, de 16 de novembro de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 28 de novembro de 2017, foi subdelegado nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, no Secretário-Geral da Administração Interna, licenciado Carlos Manuel Silvério da Palma, a competência para a prática de todos os atos a realizar, atribuídos pelo Código dos Contratos Públicos, ao órgão competente para a decisão de contratar, com exceção da adjudicação, no âmbito do procedimento de aquisição de equipamento para o GPS da GNR, conforme despacho, de 12 de março de 2018, exarado na Informação n.º 37MN/2018, de 12 de março sobre a 7851/2018/SG/DPIE, de 12 de março de 2018.

26 de abril de 2018. — O Secretário-Geral, *Carlos Palma*.

311306169

Despacho (extrato) n.º 4614/2018

No uso da competência delegada na Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, ao abrigo do despacho do Ministro da Administração Interna, n.º 10673/2017, de 16 de novembro de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 7 de dezembro de 2017, e pelo Despacho n.º 192/2018, de 18 de dezembro de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 4 de janeiro de 2018, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 920/2018, de 9 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17 — 24 de janeiro de 2018, foi subdelegado nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, no Secretário-Geral da Administração Interna, licenciado Carlos Manuel Silvério da Palma, a competência para a prática de todos os atos a realizar, atribuídos pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, ao órgão competente para a decisão de contratar, com exceção da adjudicação, no âmbito do procedimento de contratação pública de empreitada de reabilitação e adaptação de instalações da Esquadra PSP de Cedofeita, conforme despacho, de 16 de março de 2018, exarado sobre a Informação n.º 8046/2018/SG/DPIE, de 14-03-2018.

26 de abril de 2018. — O Secretário-Geral, *Carlos Palma*.

311306177

JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 4615/2018

Considerando que o Departamento Central de Investigação e Ação Penal é um órgão de coordenação e de direção da investigação da criminalidade violenta, altamente organizada ou de especial complexidade,

Considerando ainda que este órgão deve ser, por Lei, apoiado por elementos pertencentes aos quadros dos órgãos de polícia criminal, autorizo a prorrogação da mobilidade interna, até 31 de dezembro de 2018, do Senhor Inspetor da Polícia Judiciária Carlos Manuel Afonso Sousa, para o exercício de funções no Departamento Central de Investigação e Ação Penal.

A presente prorrogação é efetuada, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, na sua redação atual, e do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 6/2018.

26 de abril de 2018. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

311304808

Despacho n.º 4616/2018

Considerando que o Departamento Central de Investigação e Ação Penal é um órgão de coordenação e de direção da investigação da criminalidade violenta, altamente organizada ou de especial complexidade,

Considerando ainda que este órgão deve ser, por Lei, apoiado por elementos pertencentes aos quadros dos órgãos de polícia criminal, autorizo a prorrogação da mobilidade interna, até 31 de dezembro de 2018, da Senhora Inspectora Mara Patrícia Faria Pereira e do Senhor Inspetor Mário João Neves Esteves, ambos da Polícia Judiciária, para o exercício de funções no Departamento Central de Investigação e Ação Penal.

A presente prorrogação é efetuada, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, na sua redação atual, e do n.º 2, do artigo 26.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 6/2018.

26 de abril de 2018. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

311304881

Despacho n.º 4617/2018

Considerando que o Departamento Central de Investigação e Ação Penal é um órgão de coordenação e de direção da investigação da criminalidade violenta, altamente organizada ou de especial complexidade,

Considerando ainda que este órgão deve ser, por Lei, apoiado por elementos pertencentes aos quadros dos órgãos de polícia criminal, autorizo a prorrogação da mobilidade interna, até 31 de dezembro de 2018, da Senhora Inspectora Micaela Maria de Melo e Branco e do Senhor Inspetor Ricardo Alexandre Costa da Silva, ambos da Polícia Judiciária, para o exercício de funções no Departamento Central de Investigação e Ação Penal.

A presente prorrogação é efetuada, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, na sua redação atual, do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e do n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 6/2018.

27 de abril de 2018. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

311308461

Secretaria-Geral

Aviso n.º 6189/2018

A Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ) pretende recrutar para o exercício de funções na Direção de Serviços de Recursos Financeiros, Patrimoniais e Tecnológicos (DSRFPT) — área da Contratação e Património, um (1) assistente técnico, por recurso à mobilidade na carreira/categoria, nos termos do disposto nos artigos 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), na sua redação atual, e com a seguinte caracterização:

1 — Tipo de oferta — mobilidade na carreira/categoria.

2 — Carreira/categoria — assistente técnico.

3 — N.º de postos de trabalho — Um (1).

4 — Remuneração — correspondente à posição e nível remuneratório detido no lugar de origem, em conformidade com o disposto no artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro — Lei do Orçamento de Estado para 2018, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da administração pública central do Estado.

5 — Caracterização do posto de trabalho — as características enquadraáveis no conteúdo funcional correspondente à carreira/categoria de assistente técnico (grau de complexidade de nível II), tal como se encontra definido, por remissão do artigo 88.º da LTFP, no mapa anexo à referida Lei.

6 — Principais atividades a desenvolver:

- a) Colaborar na elaboração de peças de procedimentos de aquisição de bens e serviços, desenvolvendo os adequados procedimentos de contratação pública ao abrigo do Código dos Contratos Públicos e Acordos Quadro;
- b) Acompanhar a gestão e atualização dos contratos públicos em Gerfip e Base GOV;
- c) Elaborar e acompanhar processos administrativos na área de aprovisionamento e inventário de bens;
- d) Gerir a frota automóvel;
- e) Zelar pela manutenção das Instalações e intervenções urgentes;
- f) Elaborar ofícios e mapas de apoio à gestão;
- g) Executar outras atribuições ou tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas, em observância à área da sua competência.

7 — Requisitos de admissão:

- a) Ser titular de relação jurídica de emprego público previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e estar integrado na carreira/categoria de assistente técnico.
- b) Ser titular do 12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado.

8 — Perfil pretendido:

- a) Experiência em reporte de informação através da Plataforma SIGO (Sistemas de Informação de Gestão Orçamental), DGO — Serviços online e Portal das Finanças;
- b) Experiência em GERFIP (Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado);
- c) Experiência em Base Gov (Portal dos Contratos Públicos);
- d) Experiência em SGPVE (Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado);
- e) Domínio de tecnologias de informação na ótica do utilizador, em particular, folha de cálculo, base de dados e processador de texto.

9 — Local de trabalho — Rua do Ouro, n.º 6, 1149-019 Lisboa.

10 — Formalização das candidaturas — As candidaturas deverão ser formalizadas no prazo de 10 dias úteis, a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série ou Bolsa de Emprego Público (BEP), mediante requerimento dirigido ao Secretário-Geral do Ministério da Justiça, tendo como assunto “Recrutamento por mobilidade na categoria — referência assistente técnico — área de Contratação e Património”, entregues em mão, em envelope fechado, no serviço responsável pelo expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça durante as horas normais de atendimento (das 9,00 horas às 17,00 horas) ou remetidas pelo correio, com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado, para Rua do Ouro, n.º 6, 1149-019 Lisboa.

11 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do trabalhador e menção expressa do vínculo detido, carreira/categoria e serviço onde exerce funções, bem como, posição remuneratória e nível remuneratório;
- b) Identificação da morada, contacto telefónico e endereço de correio eletrónico para onde deve ser dirigida a correspondência;
- c) Indicação dos documentos que acompanham a candidatura.

12 — Das candidaturas deverão constar os elementos necessários para uma correta apreciação do candidato, devendo o requerimento ser obrigatoriamente acompanhado, sob pena de exclusão, dos documentos abaixo indicados, colocados em envelope fechado, de acordo com o ponto 10 do presente aviso:

- a) *Curriculum Vitae*, detalhado em termos de funções exercidas e períodos de tempo correspondentes, devidamente atualizado, datado e assinado;
- b) Documento emitido pelo serviço de origem com indicação do tempo de serviço detido, na função pública, carreira e categoria;
- c) Declaração de funções emitida pelo serviço de origem com reporte das funções desempenhadas e períodos de tempo associados;
- d) Fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias;
- e) Fotocópias dos documentos comprovativos das ações de formação profissional, realizadas nos últimos cinco anos, desde que, relacionadas diretamente com a atividade a que se destina o presente recrutamento por mobilidade.

12.1 — Poderão ser solicitados elementos adicionais, no âmbito da análise das candidaturas.

13 — Métodos de seleção — Avaliação curricular complementada por entrevista pública.

14 — O Juri do presente recrutamento por mobilidade na carreira/categoria de assistente técnico, tem a seguinte composição:

Presidente — Lic. Álvaro David Esteves Pires, diretor de serviços.
Vogais efetivos:

Lic. Ana Maria Alcinda Ah-Kaw, técnica superior que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
Margarida Maria Marinho Gonçalves Poças Rufino, assistente técnica.

Vogais suplentes:

Lic. Graça Tavares da Silva, chefe de divisão;
Maria de Jesus Carvalho, assistente técnica.

15 — A presente oferta de emprego será publicitada na 2.ª série do *Diário da República* e em www.bep.gov.pt, no 1.º dia útil seguinte e estará ainda disponível na página eletrónica da SGMJ, em <http://www.sg.mj.pt/sections/recursos-humanos/mobilidade>.

26 de abril de 2018. — O Secretário-Geral, *Carlos José de Sousa Mendes*.

311309036

Aviso n.º 6190/2018

A Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ) pretende recrutar para o exercício de funções na Direção de Serviços de Recursos Financeiros, Patrimoniais e Tecnológicos (DSRFPT) — área de gestão financeira, um (1) assistente técnico, por recurso à mobilidade na carreira/categoria, nos termos do disposto nos artigos 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), na sua última redação, e com a seguinte caracterização:

1 — Tipo de oferta — mobilidade na carreira/categoria.

2 — Carreira/categoria — assistente técnico.

3 — N.º de postos de trabalho — Um (1).

4 — Remuneração — correspondente à posição e nível remuneratório detida no lugar de origem, em conformidade com o disposto no artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro — Lei do Orçamento de Estado para 2018, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da administração pública central do Estado.

5 — Caracterização do posto de trabalho — as características enquadráveis no conteúdo funcional correspondente à carreira/categoria de assistente técnico (grau de complexidade de nível II), tal como se encontra definido, por remissão do artigo 88.º da LTFP, no mapa anexo à referida Lei.

6 — Principais atividades a desenvolver:

- a) Processamento no âmbito da contabilidade orçamental, patrimonial e analítica de todas as despesas e receitas;
- b) Faturação de serviços ao exterior;
- c) Controlo das receitas arrecadadas;
- d) Controlo do registo contabilístico do património do inventário geral;
- e) Procedimentos de aquisição de bens e serviços;
- f) Acompanhamento e verificação da execução de contratos;
- g) Elaboração e submissão de pedidos de pagamento no âmbito de projetos cofinanciados.

7 — Requisitos de admissão:

- a) Ser titular de relação jurídica de emprego público previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e estar integrado na carreira/categoria de assistente técnico;
- b) Ser titular do 12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado.

8 — Perfil pretendido:

- a) Experiência em reporte de informação através da Plataforma SIGO (Sistemas de Informação de Gestão Orçamental), DGO — Serviços online; Portal das Finanças;
- b) Experiência em GERFIP, nomeadamente na preparação do cumprimento das fases da despesa, incluindo cabimentos prévios, compromissos e pagamentos;
- c) Domínio de tecnologias de informação na ótica do utilizador, em particular, folha de cálculo, base de dados e processador de texto.

9 — Local de trabalho — Rua do Ouro, n.º 6, 1149-019 Lisboa.

10 — Formalização das candidaturas — As candidaturas deverão ser formalizadas no prazo de 10 dias úteis, a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série ou Bolsa de Emprego Público (BEP), mediante requerimento dirigido ao Secretário-Geral do Ministério da Justiça, tendo como assunto “Recrutamento por mobilidade na categoria — referência assistente técnico — área financeira”,